

DISCURSO DE INAUGURAÇÃO DA SEDE DO CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS EM LISBOA

11 DE SETEMBRO DE 2009

Exmo. Senhor Reitor da Universidade de Coimbra,
Exmo. Senhor Prof. Doutor João Sentieiro, Presidente da Fundação
para a Ciência e a Tecnologia,
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr.
António Costa,
Meu Querido Amigo Carlos Lopes,
My Dear Friend Peter De Souza,
Caras e Caros Colegas
Minhas Senhoras e Meus Senhores

Temos vindo a concordar que o nosso país precisa de espírito positivo, acções e iniciativas positivas que não só contribuam para sair da crise, mas sobretudo que nos curem do mal secular da jeremiada nacional, do negativismo miserabilista que tem caracterizado tanto o discurso político e cultural.

Bem, nós, no Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, na nossa condição e investigadores e cidadãos oferecemos hoje humildemente ao país uma acção positiva, filha de um espírito positivo.

Uma unidade científica da Universidade de Coimbra, Centro de Excelência e Laboratório Associado, um estatuto que partilhamos fraternalmente com o Instituto de Ciências Sociais, cria um pólo ou uma delegação em Lisboa.

Porque o faz?

O CES realiza dois tipos de actividade: investigação e formação técnica avançada. Esta última destina-se a públicos não universitários, a quadros médios e superiores do sector público, do sector privado, das organizações sociais e dos movimentos sociais, magistrados, engenheiros, jornalistas, juizes da paz, sindicalistas etc., etc.

Ora temos notado que frequentemente os nossos públicos-alvo manifestam dificuldades em se deslocar a Coimbra para participar nas acções de formação. O país é pequeno, está bem infra-estruturado de meios de transporte e vias de comunicação, mas a distância simbólica entre a capital e mal afamada província do Eça de Queiroz é ainda muito grande. Em face disto, o raciocínio foi simples. Sem querer melindrar nenhuma denominação religiosa: se a montanha não vai a Maomé, Maomé vai à montanha.

Com isto procuramos aprofundar a abertura do CES e da sua investigação à sociedade portuguesa, dar mais visibilidade às ciências sociais e torná-las mais relevantes para resolver os problemas do país.

Mas há uma outra razão.

Porquê Lisboa? Porque Lisboa é uma das cidades mais atraentes da Europa para estrangeiros que queiram combinar trabalho com lazer. E isto aplica-se tanto aos formadores como aos formandos.

É de todas as capitais europeias talvez aquela que tem uma escala mais humana, uma grandeza que não amesquinha, uma pequenez que não asfixia. Daí a importância do protocolo que celebrámos com a Câmara Municipal de Lisboa para que esta articulação entre cidade e a formação dada no CES seja mais orgânica e sustentada. E, de facto, já o está a ser. Estamos a colaborar com a própria Câmara na área da formação. Ganhámos um concurso para ministrar cursos de formação técnica sobre o orçamento participativo e a democracia participativa local aos funcionários e colaboradores da Câmara Municipal.

Como vamos actuar?

Fundamentalmente através de curso de formação, seminários e colóquios, alguns dos quais já agendados, destinados a vários públicos não universitários e com recursos a parcerias (quer para os formadores, quer para os formandos) com várias instituições nacionais e internacionais. Começamos já em Outubro com uma colaboração com a Academia Sindical da Europa e a OIT a que se seguirá uma acção de formação em parceria com o Instituto Camões.

Vamos tentar captar públicos portugueses e de outros países europeus e vamos fazê-lo também em parceria com colegas das instituições científicas de várias universidades de Lisboa e do país. Partimos da convicção que as unidades científicas portuguesas são demasiado pequenas para, isoladas, poderem ter presença e êxito internacionais. A maior parte dos cursos será ministrada em Português, mas muitos serão noutras línguas. A criação de redes

internacionais não só na investigação como também na formação é um dos nossos objectivos centrais.

Qual a nossa filosofia?

Antes de tudo, a opção pela transdisciplinaridade, pela internacionalização, pela articulação de escalas analíticas que combinem o local / o nacional / e o global ou transnacional e pelo confronto crítico entre conhecimentos rivais.

Nestes momentos de crise global pensamos que paradoxalmente é neles que mais se torna necessário desenvolver um pensamento estratégico original e originário em cada país ou região, já que a fenomenologia da crise é complexa e caótica. O que explica que os países que até há pouco pareciam estar sempre à beira da crise (veja-se o Risco Brasil) são hoje dos que atravessam a crise com menos sacrifícios.

Ora em Portugal domina o pensamento derivado. A cópia ou a imitação do que foi feito ou dito noutros países com condições muito diferentes das nossas. Este pensamento derivado agravou-se com a entrada na União Europeia. Hoje em dia os jornais enchem-se de anúncios de cursos de formação dados por universidades sonantes cujos formadores, de segunda ou terceira linha, representam apenas uma versão da realidade contemporânea, a versão conservadora, a qual, apesar de estar em falência depois da crise financeira mundial, continua a ser apresentada como a única verdadeira. Na verdade, não estamos perante formação mas sim

perante propaganda para aprendizes de feiticeiros demasiado crédulos para aprenderem o ofício.

Este é um caminho de desastre. Porque só o pensamento original e originário colado às realidades do país pode permitir explorar as limitadíssimas brechas, mas por isso mesmo preciosas brechas, as oportunidades únicas de um dado país ou região para sair da crise. Não esqueçamos que a globalização acontece sempre localmente.

Pretendemos contribuir para formação técnica avançada que seja original e não derivada, que responda às potencialidades do país sem ser irrealista, que valorize o know-how português sem ser isolacionista e o know-how estrangeiro sem ser subserviente.

Para isso é necessária uma formação cosmopolita transdisciplinar e actualizada que permita analisar os diferentes tempos e condições dos diferentes países e as lições que se podem tomar disso. São esses diferentes tempos que explicam, por exemplo, que enquanto os EUA procuram introduzir um princípio público e não mercantil no sistema de saúde, nós temos vindo a insistir na introdução dos princípios de privatização e de mercado nesse sistema.

Dessa transdisciplinaridade e ancoragem na nossa realidade, e do propósito de aprofundar a inserção do CES na sociedade portuguesa, é prova evidente o nosso Conselho Directivo. Para além de vários investigadores do CES, entre os quais o Manuel Carvalho da Silva, que por enquanto é menos conhecido como investigador do CES do que como Secretário Geral da CGTP, contamos no Conselho Directivo com três personalidades bem conhecidas e todas elas com provas dadas nas áreas da sua intervenção pública, social e política no sentido mais amplo.

A Dra. Simonetta Luz Afonso, uma grande gestora cultural, de saída do Instituto Camões, uma figura incontornável da nossa cultura e das nossas políticas culturais, uma incansável obreira da projecção de Portugal e da língua portuguesa no mundo.

A Diana Andringa, jornalista e documentarista bem conhecida que tem feito um esforço notável, tão convergente com as opções de investigação do CES, de criar um novo patamar de interconhecimento e de relacionamento entre Portugal e os países Africanos de expressão oficial portuguesa.

O Nelson Dias é o Presidente da mais importante associação de desenvolvimento local do nosso país, a In Loco, fundada pelos meus queridos amigos Alberto Melo e Priscila. Nelson, hoje com trabalho relevante de cooperação internacional, é também um promotor da democracia participativa a nível local. Não é por acaso que ele e o Giovanni Allegretti, investigador do CES, se deslocam aqui, vindos do Algarve, onde estamos a realizar uma Universidade de Verão sobre democracia participativa, fruto de uma parceria entre o CES e a In Loco.

Finalmente a nossa filosofia é cosmopolita. Temos hoje dimensão europeia, mas temos tido sempre cuidado de a construir com base em articulações com relações e perspectivas não Europeias. Temos sempre partido da ideia que a maior vantagem comparativa de Portugal na Europa é o facto de ter mantido mais contactos, por mais tempo, com mais continentes e regiões extra-europeias. O nosso trabalho tem sido uma fonte de inspiração para estudantes e professores que passam pelo CES. E essa aspiração tem-se convertido em renovação institucional. Assim, foi criado há dois

meses o CES-América Latina, sediado na Universidade Federal de Minas Gerais, uma instituição-irmã científica, financeira e administrativamente autónoma em relação ao CES e com a qual o CES estabelece laços de cooperação fraterna. Só para dar um exemplo de transferência de tecnologia na área das ciências sociais – por vezes tem-se a ideia que a transferência de tecnologia ocorre só da área das ciências naturais – o CES desenvolveu no OPJ (Observatório Permanente da Justiça) uma tecnologia muito própria e sofisticada de análise dos desempenhos dos tribunais. Pois essa tecnologia será transferida, não a preços de mercado como temos feito noutros casos, mas gratuitamente para o CES-AL onde por deliberação do Ministério da Justiça do Brasil vai ser sediado o Observatório da Justiça do Brasil.

Com a mesma lógica, vai criar-se no próximo mês, no Maputo, o CES-África designado CES-Aquino de Bragança, com o objectivo de realizar investigação em toda a África e não apenas na de expressão oficial portuguesa. Temos informação de que os nossos colegas moçambicanos também pretendem criar, no âmbito do CES-AB, o Observatório das Justiças na África de Língua Oficial Portuguesa.

E amanhã, aproveitando a presença do nosso colega Prof. Peter De Souza, director do mais prestigiado centro de investigação em Índia, o India Institute of Advanced Studies, vamos trabalhar na preparação de um colóquio conjunto do qual eventualmente pode sair a ideia da criação do CES-Ásia em Goa.

Este conjunto de instituições vai ter no futuro um papel fundamental no CES-Lisboa, pois dele virão formadores e formandos imbuídos

de ideias diferentes sobre a crise no mundo e as soluções para sair dela. Pondo ao dispor dos cidadãos e dos quadros técnicos e sociais do nosso país oportunidades novas de capacitação para um mundo que só pode ser mais competitivo sem se auto-destruir se for também mais solidário sem se auto-comprazer em cortesias passadistas.

Boaventura de Sousa Santos

Lisboa, 11 de Setembro de 2009